

Termo de Notificação - TN				
Processo:	PCSB/CSB/0018/2024			
Nome da Fiscalização:	AF Indireta Emergencial do SAA de Juazeiro do Norte			
Relatório de fiscalização:	RF/CSB/0022/2024			

1. Identificação do Órgão Fiscalizador			
Nome:	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.		
Endereço:	Centro Adm Virgílio Távora- Av Gal Albuquerque Lima, Cambeba-CEP 60822-325, Fortaleza		
Telefone:	(85) 3194-5605		

2. Identificação do Notificado				
Nome:	CAGECE			
CNPJ:	07040108000157			
Responsável:	Neurisângelo Cavalcante de Freitas			
Qualificação:	Concessionária dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário			
Endereço:	Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 - Vila União, Fortaleza-CE			

3. Descrição dos Fatos Apurados					
Determinação:	D3 (RF/CSB/022/2024)				
Constatações:	-O Faturamento não é realizado pelo consumo real micromedido, apesar do sistema não operar de forma regular, haja vista as seguintes constatações:  - A análise do Relatório de Detalhamento de Ocorrências Operacionais, relativo ao período de out/2023 a set/2024, apontou que o SAA de Juazeiro do Norte operou com paralisações que afetaram a continuidade do abastecimento. De fato, durante o período mencionado, foram registradas 397 interrupções, com destaque para 258 causadas por baixa vazão, 17 indisponibilidade de energia elétrica, 14 relacionadas com manutenção da adutora e reservatórios, 8 paralisações do sistema reprodutor e macrodistribuição, 12 rompimentos de RDA e adutora, 55 vazamentos e 33 outros serviços.  - Segundo o Relatório de Reclamações de Juazeiro do Norte, referente ao período de agosto/2023 a agosto/2024, foram registradas 11.447 reclamações de falta de água e falta de água e/ou baixa pressão com ocorrência, todas apresentaram laudos procedentes, ou seja 100% do total dos registros, o que corrobora com a afirmativa de descontinuidade no SAA de Juazeiro do Norte.  Ainda somando as evidências relatadas, a CAGECE apresentou o plano de manobras de outubro/2024 do SAA de Juazeiro do Norte, o que representa mais uma indicação de intermitência ou falta de água em Juazeiro do Norte.				
Orientação:	A CAGECE deve realizar o faturamento dos usuários das áreas afetadas, que apresentam descontinuidade, pelo consumo real, até que se comprove a normalidade do abastecimento, visando corrigir as não conformidades descritas na constatação C3.				
Prazo (dias):	30				
Fundamento Legal:	Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.  Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.				



## Constatações:

Art. 112 da Res. 130/2010 da ARCE - A fatura mínima por economia será equivalente ao valor fixado para o volume de 10 m³ (dez metros cúbicos) mensais por categoria de usuários residencial e comercial, e 15 m3 (quinze metros cúbicos) mensais para as demais.

Parágrafo único - O faturamento pelo consumo mínimo não poderá ser feito quando não houver regularidade do abastecimento que garanta as quantidades mínimas de consumo definidas no caput deste artigo.

Art.154 da Res. nº 130/2010 da ARCE - O prestador de serviços é responsável pela prestação de serviços adequada a todos os usuários, satisfazendo as condições de regularidade, generalidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, modicidade das tarifas, cortesia na prestação do serviço, e informações para a defesa de interesses individuais e coletivos.

§1º - Para os fins previstos no caput deste artigo, considera-se:

- I regularidade a prestação dos serviços em padrões satisfatórios de quantidade e qualidade e demais condições estabelecidas no termo de delegação e em outras normas técnicas pertinentes;
- II continuidade a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços e de sua oferta a população;

## Fundamento Legal:

- III eficiência a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no termo de delegação e nas normas técnicas pertinentes;
- IV segurança a execução dos serviços sem causar prejuízos materiais ou pessoais a usuários e/ou terceiros, bem como a garantia de qualidade e continuidade do serviço prestado;
- V atualidade modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, com incorporação de inovações tecnológicas que assegurem a melhoria e expansão dos serviços na medida da necessidade dos usuários e visando cumprir plenamente com os bjetivos e metas estabelecidas;
- VI generalidade universalidade da prestação dos serviços, ou seja, serviços públicos de saneamento básico prestados a todos as categorias de usuários;
- VII cortesia na prestação dos serviços tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações e solicitação de esclarecimentos e serviços;
- VIII modicidade a justa correlação entre os encargos da delegação, a remuneração do prestador de serviços e a contraprestação pecuniária paga pelos usuários.
- §2º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a suspensão do abastecimento efetuada por motivo de manutenção e nos termos dos arts.78 e 79 desta Resolução.

## Infrações:

02.02 - Não realizar medição de volume - Não realizar a medição do consumo de água tratada, a estimativa do volume de esgoto coletado e o faturamento em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

## 4. Ações a serem empreendidas pelo Notificado

O notificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento deste Termo de Notificação, para se manifestar sobre o assunto nele tratado, oferecendo as informações e os documentos que considerar necessários ou convenientes à fiscalização. A manifestação deverá ser dirigida ao Coordenador da CSB.



5. Representante do Órgão Fiscalizador								
Nome:	Marcio Gomes Rebello Ferreira							
Cargo/Função:	Analista F	Regulação		Matricula:	108-1-2			
Lotação:	Coordenadoria de Saneamento							
Fortaleza, 14/11. Recebido em:	Assinatura:							
Por		Identificação	Assinatura		_			